

22 MAI 1987

# Postura reformista

Está em curso a preparação de um programa de ajuda da União aos estados, através da mobilização dos recursos amealhados pelo Sistema Financeiro da Habitação, tendo como objetivo principal a construção de duzentas mil moradias para populações de baixa renda. As caderetas de poupança, por força da remuneração de seus depósitos, constituem uma das aplicações mais procuradas pelos investidores de todos os portes. Por isso mesmo, já arrecadaram até aqui perto de Cz\$ 700 bilhões, constituindo-se um ativo financeiro de custos elevados por força dos critérios de sua remuneração. Mantida a inflação nos níveis de vinte por cento, se adicionado o percentual de 0,5 dos juros, a cada trinta dias, seu rendimento vai exigir o desembolso de Cz\$ 143,5 bilhões como retorno aos investidores. Dinheiro caro, exigindo, por isso mesmo, perfis críticos nas suas aplicações e nos respectivos gerenciamentos.

A situação dos estados brasileiros exige uma pronta resposta do Governo Federal, não apenas como estrutura de apoio de um projeto político de solidariedade ao presidente José Sarney, mas, sobretudo, em razão dos compromissos federativos que a União está obrigada a assumir. Principalmente nos períodos de adversidade, conforme agora ocorre. Um endividamento superior a Cz\$ 200 bilhões, sem condições de liquidez para sequer rolar os custos de seus serviços. Junte-se a esse estrangulamento os desatinos decorrentes do empreguismo, com as folhas de pagamento a superar as receitas estaduais, compondo uma armadilha política de aprisionamento

administrativo e de esvaziamento das atuais lideranças. Acumulando déficits sucessivos, a maioria dos estados está sendo remetida à indigência social e econômica, numa falência já requerida pela opinião pública e cujo deferimento está para ser lavrado pelo júri cáustico que o povo vem fazendo, diante da inércia dos executivos estaduais e municipais.

O elevado poder germinativo da construção civil, gerando empregos para todos os níveis da mão-de-obra, qualificados ou não, associa-se aos aumentos de demanda para bens de consumo e de serviços, excitando mais de quatro mil itens no mercado. Dentro dessa perspectiva é que se assentam as diretrizes desse pacote de ajuda do qual não podem ser afastados os riscos de sua implementação e as responsabilidades dos estudos que irão viabilizá-los, nos aspectos, técnicos e econômicos. Os estados vivem as angústias financeiras dos déficits crônicos, enquanto o País se vê pressionado por um outro déficit, também de dimensões assustadoras, com uma carência de habitações superior a quinze milhões de unidades. São vertentes de um poliedro social, político e econômico cristalizando uma superfície indefinida, onde causas e efeitos se conflitam por força das afinidades e dos contrários que assinalam cada ponto geométrico de suas geratrices.

Para reverter um quadro devedor, com valores acima de Cz\$ 200 bilhões, mediante repasses ampliados para programas onde serão investidos Cz\$ 700 bilhões, as estruturas operacionais dos estados deverão ser fortalecidas em

seu ordenamento, com vistas a um desempenho confiável. A partir da consciência de uma ajuda efetiva e duradoura, seria o caso de iniciar-se uma reforma administrativa objetivando descentralizar as atividades-fim, do âmbito federal para o estadual, deferindo funções desenvolvidas através de partidas dobradas, em termos operacionais. Veja-se o exemplo das sistemáticas rodoviária e fiscal. O DNER e a Receita Federal atuam nos estados através de distritos, residências e delegacias em paralelo com os Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem e das Secretarias de Fazenda, dividindo esforços e enfraquecendo a capacidade de ação do poder público em suas tarefas. A unificação das respectivas estruturas ampliaria os resultados funcionais e a médio e longo prazos redundaria em significativa redução de custos. Os Ministérios-fim manteriam em suas redes de Brasília estruturas de fiscalização, de acompanhamento e de normas descentralizando e desconcentrando recursos humanos, materiais e financeiros, enriquecendo as administrações estaduais pela delegação de competência e pelos aportes físicos e institucionais.

Ao assumir uma atitude reformista de apoio e solidariedade aos estados, o presidente José Sarney há de saber ousar responsavelmente, levando avante um projeto político atualizado em seus meios e consolidado em sua instrumentação. Uma postura avançada, assumida diante da Nação inquieta ante aos apelos de prosperidade acenados por suas imensas riquezas.